

Estudantes universitários repudiam projecto de profissionalização

Onze associações de estudantes do ensino superior de todo o País estiveram reunidas, no sábado passado, na Faculdade de Letras de Lisboa, para analisar o projecto de decreto-lei que define a profissionalização dos professores dos ensinos preparatório e secundário e para debater o «problema do emprego dos diplomados superiores».

Esta reunião, da iniciativa da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP), contou com a presença das faculdades de Letras de Lisboa e Coimbra, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, dos Institutos Superiores de Engenharia de Lisboa, Porto e Coimbra, dos Institutos Superiores de Contabilidade e Administração de Lisboa e Coimbra e ainda das Universidades de Aveiro e Évora.

Os dirigentes associativos reunidos «pretendem, de uma vez por todas, retomar a função genuína do movimento estudantil no debate social, na sua posição contestatária em face das atitudes e decisões prepotentes que o poder político tem vindo a assumir, nos últimos anos, nos problemas que afectam as jovens gerações portuguesas, designadamente na área da educação».

Onde está a qualidade?

As associações de estudantes reunidas repudiaram o teor do documento entregue pelo Ministério da Educação às universidades sobre a formação dos professores efectivos de nomeação provisória (não profissionalizados), afirmando ser esta «a conclusão

lógica daquilo que os estudantes há muito vinham denunciando — a possibilidade de uma profissionalização administrativa», como nos disse Leonel Nunes da Faculdade de Letras de Lisboa.

Este projecto contraria a Lei de Bases do Sistema Educativo, nomeadamente no Artigo 62.º, onde é dito que «a formação em exercício tem de ser equivalente às dadas nos Institutos de Formação Inicial de Professores (IFIP) e segundo a proposta do Ministério não o é», pois como nos afirmou Manuel Loff, da FLUP, os professores com mais de 15 anos de serviço estão dispensados da profissionalização; quem tiver mais de seis anos, fica dispensado de fazer o segundo ano de profissionalização (tenha ou não habilitação suficiente); nos casos em que não é a universidade a formar, os tempos lectivos de profis-

sionalização são 15 vezes inferiores aos dos estudantes.

Os estudantes lembraram, também, que «a qualidade científica da formação dos professores não está de forma nenhuma garantida», pois receiam que «a maioria dos professores sejam formados pela televisão», através da Universidade Aberta (universidade à distância). De acordo com um protocolo assinado entre o Ministério e a Federação Nacional dos Sindicatos de Professores (FNSP) no passado dia 11 de Março, todos os professores têm cinco anos após o seu provimento para estar profissionalizados, o que perfaz em Outubro de 1993 uma média de 14 mil profissionalizados. Não tendo as escolas de formação inicial de professores capacidade para dar vazão a tantos alunos, restará à Universida-

de Aberta a maior parte da formação de professores.

Manuel Loff denunciou, ainda, a injustiça que daí resulta para os estudantes, pois não só têm uma formação mais adequada e depois de profissionalizados não têm garantia de emprego, como não têm quaisquer ajudas de custo, ao contrário do que é proposto pelo ME, em relação aos professores em profissionalização. Leonel Nunes alertou, também, para as «facilidades que serão concedidas ao ensino secundário particular e cooperativo, sem qualquer contrapartida». Os docentes nestes estabelecimentos podem fazer a sua profissionalização nas escolas, com a condição de permanecerem lá por quatro anos.

Os dirigentes associativos afirmaram que esta não será certamente a melhor forma de combater o insucesso escolar.

Apoio à greve geral

Os dirigentes associativos reunidos decidiram pedir uma audiência ao ministro da Educação até dia 29 deste mês. Foi igualmente decidido comemorar o Dia Nacional do Estudante (24 de Março) «no espírito rigorosamente independente, irreverente e frontal que deve pautar as posturas dos estudantes»; apoiar a convocatória que a CGTP e UGT fizeram para o dia 28 de Março; reunir condições para a formação de um organismo coordenador das AE's do ensino superior; prestar solidariedade incondicional às lutas dos Institutos Superiores de Engenharia e dos Institutos Superiores de Contabilidade e Administração, afirmando «o direito destes estudantes a permanecerem no ensino universitário contra todas as formas de corporativismo vigentes, pelo significado negativo que têm para o interesse nacional». Como afirmou Elísio Pinto, do ISEL, «o prof. Cavaco Silva disse que cumpriria a lei fosse como fosse, mas neste caso concreto e objectivo o Governo não cumpre a lei», «a lei só é cumprida neste País se interessar aos baronistas».

Em relação às lutas dos IS-CAS, Jorge Corregedor da Fonseca disse-nos: «é uma luta de interesses dos estudantes e não tem quaisquer intuítos partidários», «o Ministério age de forma autoritária, nunca fomos ouvidos neste processo», repudiando ainda o tratamento selvático por parte da PSP de Coimbra sobre os estudantes, condenação que teve o apoio unânime de 45 AE's reunidas no dia 12 deste mês no Porto.

Associações Académicas - Vida Académica